

Sociologia histórica comparativa: questões metodológicas

*Telma Maria Gonçalves Menicucci**

Abstract

This article addresses methodological questions related to the term Comparative Sociological History, emphasizing two aspects: the meaning of the link between History and Sociology, particularly the assumption of time as an analytical category, and the tie-in between historical approach and comparative method. Disagreements are correlated to prior assumptions about the nature of social phenomena, alluding to tensions between theories and facts.

Key words: Sociology, History, comparison, explanation, temporality, singular and universal.

Resumo

O artigo aborda questões metodológicas controversas envolvidas na chamada Sociologia Histórica Comparativa, enfatizando dois aspectos: o significado da vinculação da história à sociologia, particularmente a incorporação do tempo como categoria de análise, e a vinculação da abordagem histórica ao método comparativo. As divergências são relacionadas a suposições prévias sobre a natureza dos fenômenos sociais, remetendo às tensões entre fatos e teorias.

Palavras-chave: sociologia, história, comparação, explicação, temporalidade, singular e universal.

Introdução

No final dos anos sessenta verifica-se uma gradual retomada dos estudos históricos no âmbito da sociologia, no bojo de uma preocupação com macro-processos de mudança social. A explicação de processos causais de longa duração, particularmente aqueles en-

*Pesquisadora/Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte. Doutoranda em Ciências Humanas - Sociologia e Política - FAFICH-UFMG.

volvidos nas mudanças de um tipo de estrutura social para outra, constitui o cerne deste tipo de análise, que recebeu o rótulo de "sociologia histórica" e que, correntemente, suscita uma série de controvérsias metodológicas que se relacionam, em grande medida, com esta vinculação da sociologia com a história ou com a incorporação do método narrativo pela sociologia. O pano de fundo é a problematização sobre o alcance ou possibilidades teóricas desta opção, partindo-se do pressuposto de que a tarefa da sociologia seja a constituição de teorias que expliquem a vida social.

Em grande parte como decorrência de premissas meta-teóricas, a aproximação da história e da sociologia suscita avaliações diferentes. De um lado estão aquelas que chegam a destacar a possibilidade de integração total entre as duas disciplinas e, em outro extremo, as avaliações que enfatizam as dificuldades de combinação entre ambas, chamando a atenção para a irredutibilidade da sociologia à história.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma visão sintética das controvérsias associadas a esta linha de pesquisa, enfocando algumas questões metodológicas de caráter mais geral sem, entretanto, analisar questões mais específicas do desenho de pesquisa propriamente dito e sem ter também a intenção de abordar os aspectos substantivos dos trabalhos desenvolvidos sob a denominação de sociologia histórica.

Os principais temas aqui abordados são a relação da sociologia com a história e a inserção no método comparativo. Questões como "por que" comparar e "como" comparar são freqüentemente relacionadas a outras mais gerais, referentes à própria concepção da realidade social e das ciências sociais, bem como do que seja uma explicação válida neste campo, o que remete à tensão entre particulares e universais ou entre fatos e teorias. Todos estes pontos são enfocados a partir das análises de alguns autores que, de forma diferenciada, discutem os problemas metodológicos da análise histórica comparativa. Dependendo de concepções e opções prévias, diferentes soluções são usualmente propostas, delineando-se estratégias específicas de pesquisa o que caracteriza a sociologia histórica como um campo diversificado de estudos.

O retorno da história

Podemos falar de retomada de estudos com perspectiva histórica na medida em que a ênfase histórica já caracterizara os autores clássicos do século XIX, sendo, no entanto, substituída, posteriormente, por uma sociologia abstrata e formal, em certo sentido a-

histórica, preocupada em identificar leis universais - e portanto atemporais - de funcionamento da sociedade, cuja expressão clara e influente foi o estrutural-funcionalismo. Ao abordar processos ao longo do tempo, a pesquisa sociológica, orientada historicamente, aparece como uma alternativa ao chamado "consenso parsoniano" prevalente nos anos 40 e 50, que configurava uma sociologia teórica a-histórica.

Análises de base histórica de grandes estruturas e macro-processos surgem também como um contraponto aos modelos de organização e mudança social herdados do século XIX e que eram abstraídos do contexto temporal e geográfico. Na visão de Tilly (1991), buscando superar uma leitura inadequada das mudanças sociais do século XIX, tratou-se de construir análises históricas concretas das estruturas e dos amplos processos que caracterizaram a nossa época. Históricas, porque limitam seu alcance à uma época definida, e concretas, porque referem-se a tempos, lugares e pessoas reais.

Para a sociologia, entre outros aspectos, a retomada da preocupação histórica se refere à consideração do tempo como uma categoria chave na análise social, visto como o meio da estruturação social ou como uma propriedade constitutiva da sociedade. Para Abrams (1980), a compreensão da ação humana como estruturação se coloca como uma alternativa fecunda à cisão ainda existente entre duas sociologias: uma voltada para a ação e outra para a estrutura, a estruturação significando a dependência mútua de estrutura e ação em termos de processo no tempo. No âmbito da chamada sociologia histórica, a obra de Norbert Elias (1993) seria uma das tentativas fecundas de substituir a antítese indivíduo/sociedade pela noção de processo de formação mútua.

Badie (1992) chama atenção para o paradoxo da exclusão do tempo nas ciências sociais que, por definição, tratam da mudança social. Na sua análise, três ideologias foram usadas para justificar esta exclusão: o historicismo, a concepção de que a sociologia e a história têm fronteiras nítidas, e a que proclama o fim da história. A contestação destas ideologias levou à redescoberta da história no final dos anos 60, tendo como proposta a análise dos processos envolvidos nas mudanças de um tipo de estrutura social para outra, e não apenas o ponto de partida e o ponto de chegada, conforme as tradições evolucionistas do século XIX, bem como suas versões mais modernas nas teorias de modernização.

Vista nestes termos, a recuperação da temporalidade na teoria social não deve ser confundida com a consideração da relevância da história vista como o passado, ignorando-se o fato de que a história acontece no tempo. Para Tilly, reconhecer a importância do tem-

po significa perceber que o "quando" as coisas acontecem dentro de uma seqüência afeta o "como" acontecem. Em outras palavras, os trabalhos históricos têm como suposto que o tempo e o espaço em que surge uma estrutura ou um processo influem em seu caráter.

Na mesma direção, Barrington Moore (1972), um dos grandes expoentes da sociologia histórica, questiona os métodos empregados pelos teóricos para chegar a proposições universais. Ao abstrair a realidade das tendências históricas, concentrando-se nas semelhanças e diferenças no intuito de formular leis científicas, deixa-se de levar em consideração que os fatos da história não são meros agregados mecânicos, mas estão ligados uns aos outros no correr do tempo.

Para Bartolini (1994), que também identifica na variação temporal a pedra angular das relações entre história e ciências sociais, a questão do tempo é vista como algo diferente. Segundo este autor, um método especificamente histórico deve ser um guia na análise de um tipo especial de variação que deriva da evolução no tempo das propriedades (variáveis dependentes e independentes) que se objetiva analisar. A consideração do tempo nesta abordagem tem como objetivo fazer uma interpretação causal de um fenômeno através da análise de variações entre unidades distintas, não só espaciais mas também temporais.

Em outra perspectiva, a utilização do tempo necessariamente não está ligada ao propósito de captar processos. Neste caso, ao se fazer recortes temporais, os diferentes períodos são tratados como unidades separadas, visando testes de hipóteses. Contra este tipo de temporalidade, que denomina de experimental, é que Sewell (1990) vai defender a idéia da temporalidade "*evenemencial*" - relativa ao evento. Para a sociologia histórica ser efetivamente um desafio ao que Sewell chama de "pensamento sociológico normal", deve implicar a introdução de uma idéia diferente de temporalidade, nomeada de "*evenemencial*" em contraposição às temporalidades "experimental" e "teleológica", presentes em alguns autores ligados à vertente da sociologia histórica. Na perspectiva de uma temporalidade teleológica, a história é vista como resultado de uma lógica inerente ao desenvolvimento social, delineada por leis transitórias progressivas.

Já a temporalidade experimental vai se manifestar em estudos históricos que buscam seguir a metodologia científica padrão. Neste caso, a análise histórica comparativa aparece como um recurso para se explicar fenômenos macro-históricos, ou porque os casos são poucos, inviabilizando uma análise estatística, ou por não se tratarem de fenômenos manipuláveis, portanto, apropriados para

experimentos. Este é o caso clássico do estudo de Skocpol (1985) onde ela busca estabelecer as causas das revoluções sociais a partir de "experiências naturais" aproximando-se do tipo de investigação denominado de "quase-experimento".

Sewell critica esta tentativa questionando as evidências e argumentos apresentados que, a seu ver, são insatisfatórios enquanto testes empíricos adequados. Mas, sua principal crítica se relaciona com as "suposições não históricas" sobre temporalidade ligadas à lógica experimental, na medida em que o tempo histórico é fraturado e congelado em unidades artificialmente permutáveis. Cada caso é análogo a um teste de uma experiência, sendo que os testes devem ser equivalentes. A temporalidade relevante é interna ao teste, ou seja, os fatores causais existem previamente à sua consequência. Cada caso é visto como uma classe uniforme de objetos governados por leis causais idênticas, onde não são considerados eventos diferentes que não fazem parte da constelação causal.

A lógica do método comparativo, nesta perspectiva, é um meio para testar empiricamente as proposições teóricas ou generalizações abstratas. Supõe uma uniformidade de leis e causas através do tempo e uma independência causal de toda seqüência das ocorrências prévias e subsequentes.

A esta temporalidade experimental, Sewell contrapõe a temporalidade "*evenemencial*", segundo a qual os eventos são "*path dependent*": o que acontece em um ponto no tempo afetará os resultados de uma seqüência de eventos posteriores. Esta perspectiva acaba pondo em xeque a uniformidade das leis causais através do tempo. Em outros termos, a causalidade social é vista como temporalmente heterogênea e não uniforme. Além disto, a temporalidade *evenemencial* supõe uma contingência radical, o que significa que acontecimentos contingentes e inesperados podem alterar as tendências mais duradouras da história.

Uma inferência que podemos fazer desta perspectiva é que o curso dos eventos é contingente e não necessário, o que parece inviabilizar a possibilidade de qualquer generalização mais ampla - o que de outro ponto de vista seria sempre o objetivo da ciência, e também da sociologia.

Reportando-se a um estudo comparado de Traugott (1985), Sewell esclarece, entretanto, que as explicações *evenemenciais* não descartam os fatores etiológicos - entendidos ao que parece, como as estruturas -, mas apenas que estes são condicionados por forças contingentes. Em outras palavras, as estruturas se efetivam nos atores ou em ações através de elementos ou eventos contingentes. Se, por um lado, o argumento de Sewell parece enfraquecer o poder

explicativo dos elementos estruturais, por outro lado, pode servir para chamar a atenção para a multicausalidade dos fenômenos sociais para cuja ocorrência contribuem fatores de diferentes ordens: estruturais, contingentes e volitivos.

A prática da comparação

A crítica à noção de temporalidade experimental remete a um aspecto chave da sociologia histórica que é a sua vinculação, em termos metodológicos, ao método comparativo. Reconhecer esta associação não deve levar, porém, ao obscurecimento das diferenças que separam as diferentes formas em que a análise comparada é realizada, nas quais a presença ou ausência da perspectiva histórica, em maior ou menor grau, é um dos grandes elementos diferenciadores.

Entre o ceticismo frente à possibilidade de comparar a história, dada a singularidade dos fenômenos sociais, e, em outro extremo, a comparação, em certo sentido a-histórica, verificam-se diferentes concepções do método comparativo e, conseqüentemente, estratégias diversas. No âmbito específico da sociologia histórica, a ligação com o método comparativo remete à discussão de questões metodológicas centrais, cujos problemas, desafios e possibilidades são objeto de discussão e divergência de vários autores, indicando que se tratam de questões não solucionadas.

Para Badie (1992), a convergência entre história e método comparativo ainda não conseguiu produzir uma epistemologia capaz de organizar a pesquisa que ela inspira, chegando a admitir a crença de que o método sócio-histórico não é ainda operacional. Sua justificativa destas dificuldades reforça a idéia da singularidade dos fenômenos sociais que torna os acontecimentos simples resistentes à análise e à comparação. Ao considerar que a desordem macro-sociológica é acentuada, Badie desmonta as esperanças de reconciliá-la com as regras do método.

Numa perspectiva céptica e pessimista, Badie argumenta que a história não se presta facilmente à comparação porque, sendo cultura, é inseparável da idéia de tempo inerente a cada universo cultural, além de gerar sistemas próprios de conceitos e variáveis significativas. Enfatizando a singularidade, Badie está questionando o que ele chama de "ilusões de universalidade" e a redução de fenômenos, em princípio únicos, a um conjunto de variáveis comuns. Nesta linha, a história comparada acabaria por negar os princípios de uma sociologia histórica. O estudo exemplar nesta perspectiva por ele

criticada seria ainda a de Skocpol sobre as revoluções sociais, onde fenômenos específicos de um país são vistos como manifestações do mesmo fenômeno social universal. Revoluções específicas, ocorridas em diferentes localizações no tempo e no espaço, teriam como fatores causais as mesmas variáveis explicativas.

Como se vê, a crítica de Badie se soma à de Sewell, para quem a ênfase no método comparativo tem contribuído para tornar a investigação histórica aceitável para os sociólogos americanos ligados à corrente principal de preocupação teórica a-histórica - o que ele chama de "pensamento sociológico normal".

É nesta linha criticada por Sewell que, recorrentemente, uma das formas de expressão da chamada sociologia histórica aparece vinculada ao método comparativo enquanto uma alternativa para os métodos estatísticos de testes de hipóteses ou de validação de teorias quando o número de casos é pequeno.

Uma das questões centrais envolvidas nesta opção metodológica se refere à indagação de "por que" comparar, para a qual as respostas não são uniformes. Em função do "porquê" diferenciam-se, também, as formas de comparação: o "como" comparar.

No extremo de uma perspectiva que se poderia chamar de a-histórica, e onde o objetivo não é a análise de macro-processos de mudança, a comparação tem como função primária identificar fatores gerais de diferentes sistemas (Przeworski e Teune, 1985). Nesta abordagem, a dimensão temporal não é relevante e a ênfase não recai sobre o que particulariza os sistemas, mas na identificação da proporção da explicação de comportamentos sistêmicos que pode ser atribuída a fatores extrínsecos a todos os sistemas, sendo, portanto, universais. Nesta perspectiva, a pesquisa comparativa deve e pode levar a afirmações gerais sobre fenômenos sociais, o que implica que o comportamento humano ou social pode ser explicado em termos de leis gerais.

Para Przeworski e Teune, através da pesquisa comparativa os principais problemas da singularidade *versus* universalidade podem ser redefinidos como simples problemas de medida, não sendo problemas inerentes à natureza dos fenômenos sociais. Desta forma, teorias gerais, formadas de proposições nomotéticas, podem ser formuladas na condição de que os "nomes próprios" dos sistemas sociais sejam substituídos por variáveis. Em outras palavras, se as unidades sociais, entendidas como culturas ou como sistemas de significação, são tratadas como *predictors*, da mesma forma que as variáveis em teorias gerais, o objetivo da pesquisa comparativa é

substituir os nomes dos sistemas sociais por variáveis. Em outros termos, se conhecemos mais sobre os sistemas sociais, o problema da singularidade desaparece.

Também para Sartori (1994), a comparação é um método de controle de nossas generalizações ou leis do tipo "se...então...". Entendido o controle como a estratégia para verificar ou falsificar uma hipótese, a comparação visa controlar se uma generalização corresponde aos casos aos quais se aplica. Para Sartori, entretanto, as leis não devem ser entendidas em termos fisicalistas no sentido de serem universais ou válidas em qualquer tempo e lugar, mas como uma generalização provida de poder explicativo que expressa uma regularidade. Em outra linguagem, tratam-se de quase-leis, válidas para os casos *aos quais se aplicam*. Isto significa que as generalizações podem ser feitas em diferentes níveis, desde o mais globalizante - o que é verdadeiro em todas as sociedades - até o regional, passando pelo nível intermediário - verdadeiro em uma sociedade. Os estudos que se fundam sobre categorias e parâmetros *ad hoc* são, em princípio, incomparáveis.

Deste ponto de vista, a lógica da comparação não é diferente da lógica em geral, e o método comparativo não seria mais do que uma especialização do método científico, constituindo-se em uma entre diferentes técnicas de verificação. Para Sartori estas técnicas seriam: método experimental, estatístico, comparativo e histórico; o que significa que ele distingue o método comparativo do método histórico. Embora esta distinção não seja explorada, ele parece correto uma vez que utilizar a comparação para controlar generalizações ou leis não se relaciona, necessariamente, com a consideração do tempo ou das especificidades históricas como fator explicativo dos fenômenos sociais. Ao contrário, nesta visão a investigação comparativa sacrifica a compreensão no contexto e do contexto a favor da inclusividade em proposições generalizantes. Entretanto, ele mesmo admite que esta estratégia pode se combinar com a investigação monográfica e o estudo de caso que privilegiam a densidade da compreensão individualizante, citando como exemplos desta combinação, Bendix, Tocqueville e Weber.

Passando em revista diferentes posicionamentos sobre o método comparativo, Collier (1994) distingue duas tendências principais entre os desenvolvimentos mais recentes do método comparativo. Por um lado, está aquela que dá mais importância ao fato de que este método permite confrontar explicações rivais, considerando que a avaliação de hipóteses seja um dos objetivos da comparação. Por outro lado, uma segunda tendência busca justificar a con-

veniência de concentrar-se em um número relativamente pequeno de casos ou mesmo em estudos de caso.

Como expressão desta última tendência, Collier aponta alguns autores. Verba, por exemplo, já em 1967 julgava conveniente uma investigação orientada em "*sentido configurativo disciplinado*". Dada a complexidade das hipóteses, a única maneira de verificá-las de maneira adequada é mediante profundo conhecimento dos casos. Entretanto, este enfoque configurativo deve ser vinculado ao controle sistemático das hipóteses e à construção de teorias.

Um dos problemas da investigação estatística comparada, que justificaria a opção pelo estudo de poucos casos, é a criação de indicadores que meçam de maneira válida conceitos importantes no âmbito de contextos diferenciados. Neste aspecto, Sartori chama a atenção para o risco do "estiramento conceitual" que torna os conceitos adaptados a diferentes casos, ao mesmo tempo que os torna mais abstratos e sem interesse.

Outra expressão da tendência que justifica o "N pequeno" seria Geertz, representante da ciência social interpretativa. Através da "descrição densa", sua proposta é decifrar o significado oculto do comportamento e das instituições e o modo como este significado encontra suas raízes em contextos concretos.

Nesta mesma perspectiva, Collier identifica todos os estudos de contraste de contextos, bem como Ragin, cuja análise de orientação holística, voltada para o caso e de enfoque configurativo, utiliza modelos causais que variam segundo o contexto - a causalidade conjuntural.

Por fim, Collier identifica a escola da análise histórica comparativa, como a legitimação do recurso à um "N pequeno". Na mesma linha da análise de Skocpol e Somers, comentada adiante, Collier chama a atenção sobre as diferenças internas nesta "escola", destacando, porém, o que existe de comum: a orientação para a comparação qualitativa sistemática e a análise de um certo número de unidades nacionais durante certo período de tempo e, principalmente, a vinculação da comparação com uma consideração do contexto histórico. Para Collier, trata-se mesmo da busca de novos caminhos para "historicizar as ciências sociais" e, na prática, há uma interação entre estudos orientados para o controle de hipóteses e os de orientação mais interpretativa.

Collier chama a atenção ainda para a possibilidade de se relacionar na análise comparativa duas tendências diferentes, mas que possuem em comum o estudo de um pequeno número de unidades. Por um lado, a tendência de considerar apenas poucos ca-

tos em função da ciência social interpretativa, do êxito das análises históricas, dos avanços da metodologia dos estudos de caso e de área, além do ceticismo em relação à análise estatística. Por outro lado, estão os estudos baseados em técnicas quantitativas que utilizam um N pequeno, associadas a novos testes estatísticos adequados a este tipo de investigação. O que Collier parece propor é uma relação de complementaridade ou uma articulação maior entre abordagens qualitativas e quantitativas de tal forma que comparações quantitativas possam ser levadas a uma análise contextualizada mais adequada, e a comparação qualitativa a uma maior sistematização na medição e no controle das hipóteses. Em suma, a análise comparativa poderia se beneficiar se estabelecesse conexão com outros métodos.

Panebianco (1994), entretanto, distingue apenas dois tipos de comparação, a estatística e a histórica, que estão relacionadas a diferentes modelos de explicação vigentes nas ciências sociais, ambas se constituindo como métodos de controle de hipóteses.

Na perspectiva do que ele chama de comparação estatística, o método comparativo é uma variante do método estatístico nas situações em que o número de unidades é baixo. A lógica é a mesma, utilizando-se as variações concomitantes. Trata-se de uma estratégia *variable-based* que tem o objetivo de produzir generalizações de amplo alcance, sendo coerente com o modelo funcionalista de explicação. Para Panebianco, este modelo considera satisfatória a explicação que especifica as funções que cumprem determinadas instituições para manutenção e adaptação do sistema.

Já a comparação histórica, segundo Panebianco filha da tradição weberiana, tem como objetivo a explicação genética das diversidades históricas, seguindo os cânones lógicos das semelhanças e das diferenças. O caso examinado é confrontado sistematicamente com outros casos para identificar semelhanças e diferenças, sendo, portanto, uma estratégia *case-based*, que pretende alcançar modestas generalizações sobre as diversidades históricas. Se na comparação estatística causas e efeitos estão ligados em modo contínuo, de forma que variações nas primeiras determinam variações nos segundos, já na estratégia de comparação histórica, condições específicas se combinam, determinando um específico resultado histórico. À variação concomitante se oporia a possibilidade de "padrões de invariância".

A comparação histórica, por sua vez, é coerente com outro modelo de explicação, defendido por Panebianco, e que é entendido como a identificação de mecanismos causais no sentido usado por

Elster (1994). Partindo da afirmação de que os dois modelos de explicação de maior consenso nas ciências sociais, tanto o modelo funcionalista, mencionado acima, quanto o nomológico-dedutivo - que considera como aceitáveis as explicações baseadas em leis - são insatisfatórios, Panebianco destaca que o uso de proposições do tipo semi-leis - entendidas como regularidades espaço-temporalmente delimitadas - são apenas uma etapa da operação explicativa, uma vez que explicar significa "explicar por causas", para o que o modelo nomológico dedutivo é também insuficiente. Refutando uma concepção determinista de causalidade, define causa como elemento de um conjunto de condições necessárias mas insuficientes, no caso dos fenômenos sociais que são produtos de uma multiplicidade de causas. Reafirmando a perspectiva de Elster, ele considera como o objetivo da explicação a identificação de mecanismos causais, noção que, a seu ver, integraria explicação causal e compreensão em uma perspectiva weberiana. Este tipo de explicação é que seria o objetivo da comparação histórica na forma entendida por Panebianco.

Entretanto, mesmo sem considerar as comparações a-históricas, no âmbito mesmo da comparação "histórica", os objetivos e as estratégias da comparação frequentemente são divergentes.

Buscando mostrar os diferentes usos da história comparativa na investigação social, Skocpol e Somers (1980), em um estudo clássico, distinguem três principais tipos ou "lógicas em uso", cada uma com propósitos distintos ao comparar casos históricos. Em decorrência, cada tipo de história comparativa tem requisitos próprios - diferentes planos de investigação -, formas diversas de apresentação dos argumentos, bem como forças e limitações específicas.

O primeiro tipo, denominado de *história comparativa como demonstração paralela de teoria* tem como objetivo demonstrar que uma hipótese ou teoria pode revelar repetidamente sua utilidade ao ser aplicada a diferentes trajetórias históricas. Vários exemplos históricos servem para a demonstração ou ilustração de uma teoria elaborada e apresentada previamente. Enquanto expressão desta vertente, Skocpol e Somers mencionam Einsenstadt e Peige.

O segundo tipo seria a *história comparativa como contraste de contextos* que com um objetivo quase que oposto ao anterior, busca revelar as características de cada caso particular e como estas afetam processos sociais gerais. Embora alguns temas, questões ou tipos ideais possam ser usados como "molduras", ou emergir das discussões históricas, não existe uma teorização explícita e muito menos a intenção de testar ou aplicar estas proposições. Ao

contrário, busca-se respeitar a integridade histórica e a particularidade de cada caso (configurações). Como exemplos desta lógica, as autoras citam Geertz, Lang e Bendix. Para este último, os estudos sociológicos comparativos possibilitariam aumentar a visibilidade de uma estrutura pelo contraste com outra. Embora permitam inferências causais, não devem ser vistos como substitutos da análise causal uma vez que tratam de poucos casos e dificilmente podem isolar variáveis.

O terceiro grande tipo de história comparativa seria o que objetiva a "*análise macro-causal*", isto é: fazer inferências causais sobre estruturas e processos de nível macro. Nesta linha, se situariam a própria Skocpol e Barrington Moore, entre outros. Desta perspectiva, as comparações podem servir para testar a validade de hipóteses teóricas existentes ou para conduzir a novas generalizações históricas no caso de uma verificação negativa.

Para Skocpol e Somers esta variante da história comparativa é de fato uma análise multivariada, sendo que a lógica envolvida é semelhante à da análise estatística, em que se manipulam grupos de casos para controlar fontes de variação e fazer inferências causais quando dados quantitativos são disponíveis a respeito de um grande número de casos. Nesta perspectiva, a história comparativa seria uma alternativa quando existem muitas variáveis e poucos casos.

Para se fazer a comparação nesta perspectiva macro-causal existiriam dois esquemas básicos. Um deles seria o **método da concordância**, em que os casos estudados têm em comum o fenômeno a ser explicado, bem como os fatores causais hipotetizados, e variam de outras formas. O segundo esquema seria o **método da diferença**, que consiste em comparar casos similares em vários aspectos mas onde o fenômeno a ser explicado e as causas hipotetizadas estão presentes em alguns casos e ausentes em outros (casos negativos), usados como controle. Para elas, este seria o método mais poderoso para estabelecer associações causais válidas, sendo exemplificado pelo trabalho da própria Skocpol sobre as revoluções sociais.

Como reconhecem Skocpol e Somers, com frequência é possível identificar trabalhos de história comparativa que combinam pares das três principais lógicas identificadas. *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, seria um exemplo de combinação do tipo demonstração paralela de teoria com o estudo orientado para contraste, em que os diferentes casos servem para mostrar como

um processo teoricamente geral foi elaborado especificamente em cada país.

O século rebelde, dos Tilly, por sua vez, seria exemplo da combinação de comparações para testar hipóteses causais - nas comparações dentro de nações para contrapor grupos, regiões e tempos - com demonstrações paralelas de perspectiva totalmente teórica - para comparações através de nações. Nesta visão, os Tilly combinariam a característica mais dedutiva da explicação da história comparativa paralela com o elo mais indutivo, característico da inferência causal do estudo macro-analítico.

Um terceiro par de combinação das três grandes lógicas da história comparativa aproximaria as variantes macro-analítica e a orientada para contrastes. Se as duas linhas compartilham a idéia de fazer comparações diretas entre casos históricos, estas são usadas para propósitos contraditórios: no primeiro caso, para inferir generalizações causais e, no segundo, para realçar as características de casos individuais. Daí as autoras concluírem ser muito difícil fazer ambas as coisas ao mesmo tempo, sendo identificado, como único exemplo, a análise da Índia feita por Barrington Moore em *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, que, exatamente por este motivo, se caracterizaria pela ambigüidade.

Ao apontarem as debilidades de cada uma das três principais "lógicas em uso" da história comparativa, Skocpol e Somers de fato assumem a defesa da comparação macro-causal.

Em relação à *história comparativa como demonstração paralela de teoria*, a crítica das autoras ressalta que, não sendo usadas para estabelecer controles, as análises históricas não servem para validar a teoria. Desta forma, o aspecto histórico-comparativo é menos importante não acrescentando nada de qualquer significação teórica.

Por sua vez, a *história comparativa orientada para contrastes*, se por um lado, oferece a vantagem de descrições holísticas ricas e relatos completos de casos, além de poder revelar os limites à aplicabilidade de teorias gerais, por outro lado, não desenvolve argumentos explanativos, mesmo que explicações teóricas estejam implícitas - sejam "contrabandeadas", como afirmam Skocpol e Somers. Desta forma, mesmo que teorias sejam reveladas ou denunciadas, não são realizados testes explícitos, e, portanto, não há como validar as hipóteses que, em geral, aparecem apenas de forma implícita.

Como Skocpol e Somers mesmo apontam, uma fraqueza do terceiro tipo de história comparativa, a "*análise macro-causal*", é o

fato de que comparações perfeitamente controladas nunca são realmente praticáveis, pois as sociedades não podem ser separadas à vontade em variáveis analiticamente manipuláveis além de que, nem sempre, a história proporciona os casos necessários para comparações controladas.

Mesmo admitindo que a validade das hipóteses causais de nível macro nunca possa ser perfeitamente estabelecida, Skocpol e Somers tomam o partido desta estratégia que, em sua opinião, permanece como um instrumento poderoso para criticar e invalidar teorias, além de fornecer estudos altamente sugestivos que podem ser completados ou ser estimulantes para novas hipóteses explicativas.

Ao que parece, defendendo-se contra críticas semelhantes às de Sewell, as autoras reafirmam que na história comparativa de tipo macro-analítica as unidades de tempo e lugar são "quebradas" para que os problemas explicativos possam ser resolvidos. Em contraposição à perspectiva orientada para contraste de contextos - onde a questão do tempo é vista de outra forma -, elas argumentam que não basta justapor e contrastar trajetórias específicas, sendo que as comparações controladas devem ser apresentadas explicitamente. Quando o problema é explicativo, é desnecessária, segundo elas, a tentativa de variar seqüências ininterruptas de eventos sobre cada tempo e lugar.

Outra limitação que Skocpol e Somers apontam é a dificuldade de generalizar a explicação além dos casos históricos incluídos nos estudos específicos. Esta seria uma tarefa de teorias verdadeiramente gerais que, entretanto, são desenvolvidas em relacionamento íntimo com os instrumentos das teorias comparativas macro-analíticas. Desta forma, podemos ser levados a concluir que aquilo que aparece inicialmente como uma limitação, nos termos do seu próprio argumento, deixaria de sê-lo, uma vez que o objetivo último, para quem opta pela estratégia macro-analítica, é a construção de teorias ou generalizações causais, válidas em diferentes tempos e espaços.

Universal versus particular

De alguma maneira, a discussão sobre a sociologia histórica, ou sociologia histórica comparada, do ponto de vista metodológico, remete às antigas, porém ainda não completamente superadas, divergências que cercam a definição do estatuto científico da sociologia bem como das visões diferentes a respeito da realidade social.

Uma destas divergências está relacionada à discussão sobre a especificidade das ciências sociais em relação às ciências naturais. Um dos argumentos daqueles que postulam esta especificidade

é exatamente a ênfase no caráter histórico dos fenômenos sociais, o que exigiria um método distinto daquele das ciências naturais.

Barrington Moore, um dos expoentes da "sociologia histórica", em *Poder Político e Teoria Social* (1972), já indagava se a ciência social estaria no caminho certo ao buscar estabelecer leis comparáveis às das ciências naturais, enfatizando a tensão entre particulares e universais, ou entre fatos e teorias. Na sua visão, as proposições universais na ciências sociais seriam muito poucas e as regularidades exprimíveis em forma de lei científica, freqüentemente, são trivialíssimas, sendo que as regularidades relevantes figuram no contexto da mudança histórica. Neste sentido, acaba contrapondo a perspectiva histórica à tradição *dedutiva formalista* que, na identificação de leis, busca categorias apropriadas sem referência a tempo e lugar.

Przeworski e Teune (1985) chamam a atenção para as controvérsias referentes às estratégias metodológicas e técnicas na pesquisa comparativa que, freqüentemente, se originam de discordâncias sobre as suposições subjacentes ou de controvérsias relativas aos postulados da ciência. Ao se referir a critérios meta-científicos, estas discordâncias são, usualmente, insolúveis, sendo que diferentes modelos de ciência persistem entre os vários ramos de estudo da sociedade.

Para algumas questões, a antiga distinção entre ciências idiográficas e nomotéticas ainda seria aplicável, particularmente quanto às controvérsias sobre o modelo de pesquisa que é melhor aplicado à realidade social e sobre o *status* das proposições gerais nas ciências sociais. Se aquela distinção é aceita, a forma das proposições nas ciências naturais - nomotéticas - seria: *quando e onde X ocorre, X está em certa relação com Y*, ao passo que a forma das proposições da ciência social - idiográfica - especifica uma localização espaço-temporal e todas as proposições subsequentes seriam relativas a estes parâmetros.

As razões usualmente apontadas para descartar a possibilidade da elaboração de proposições gerais sobre a realidade social que sejam universalmente válidas, têm a ver com a determinação incompleta dos fenômenos sociais - vários fatores podem influenciar a relação que se está observando além dos que estão sendo analisados. Além disto, a interação de várias características dentro de cada sistema único cria padrões de diferenciação relativos a cada sistema social.

De qualquer forma, a escolha de um modelo de ciência social, relacionada aos pressupostos sobre o padrão mais provável de de-

terminação social, oscilaria entre duas visões. De um lado, a visão de que este padrão é suficientemente geral para permitir uma abstração dos parâmetros espaço-temporais. De outro, a visão de que a determinação social é altamente específica a sistemas sociais particulares.

Por sua vez, Przerworski e Teune partem do pressuposto de que a pesquisa na ciência social, incluindo a pesquisa comparativa, deve e pode conduzir a proposições gerais sobre os fenômenos sociais, o que implica que o comportamento humano e social podem ser explicados em termos de leis gerais estabelecidas pela observação. Este tipo de pressuposto é que, segundo estes autores, teria acompanhado o desenvolvimento da pesquisa comparativa, desde os clássicos do século XIX, até os estudos do século XX.

No âmbito específico da análise comparativa historicamente orientada, a questão do universal *versus* a singularidade dos fenômenos reaparece de várias maneiras, conforme as referências anteriores neste artigo. Para aqueles que vêem no método comparativo histórico a forma adequada para o controle de hipóteses, quando os fenômenos são pouco numerosos ou quando se dispõe de poucos casos, o objetivo é buscar generalizações de modo a avançar na explicação dos fenômenos. Em outros termos, trata-se de construir ou testar teorias que, em maior ou menor grau, tenham alcance geral. Em outro extremo, estariam os estudos que chamariam a atenção para a singularidade dos fenômenos de tal forma que as explicações construídas teriam validade local. Entre um e outro, várias posições ou combinações parecem possíveis.

Estas diferenciações remetem a outra questão que também não é consensual nas ciências sociais e que tem a ver com as divergências a respeito da natureza da explicação. E mais uma vez, nas diferentes formas de análises históricas, evidenciam-se perspectivas diversas.

Polarizando a controvérsia entre o universal e a singularidade, Badie (1992) apresenta também uma concepção de explicação. Para ele, existiriam duas possibilidades para a sociologia histórica comparativa que caracterizariam uma desordem analítica no uso da história feito pelo sociólogo. A primeira seria voltar à história para uma explicação, recriando, desta forma, um sentido universal da história. Trata-se da globalização da história, sugerindo a existência de trajetórias fixas e enfatizando a estrutura social mais do que a ação. Em outras palavras, uma sociologia histórica dedutiva.

Uma segunda possibilidade, respeita a qualidade única e irreduzível da história, caso em que a sociologia histórica assume um

papel descritivo, justapondo, mais do que comparando, sistemas diferentes de significados.

Badie assume a posição da especificidade das trajetórias, que, se abandonada, liquidaria a sociologia histórica, tirando seu valor explanatório e interpretativo. Nesta perspectiva, a condição para uma forma viável de sociologia histórica é a mudança da idéia de trajetória comum para uma de estratégias individuais, onde se combinam fatores explicativos endógenos e exógenos. Sua posição é de certa forma radical, ao concluir que comparações de histórias mostram como elas não podem ser reduzidas às mesmas variáveis explicativas. As pretensões explicativas da sociologia histórica não se situariam nas reivindicações causais, mas na interpretação e na compreensão.

De outra perspectiva, Skocpol enfatiza o caráter explicativo - entendido como a especificação de causas gerais - da história comparada, criticando a simples justaposição de trajetórias específicas. No limite, ela se aproximaria da perspectiva de Przeworski e Teune ao buscar estabelecer generalizações válidas universalmente, independentemente de tempo e espaço.

Já Panebianco (1994) associa a idéia de explicação com a integração da causalidade com a compreensão, através da noção de *explicação por mecanismos* (Elster, 1994) os quais, para ser fiel à perspectiva de Elster, diferem das leis. Ao passo que estas identificam regularidades entre um tipo de evento e outro, não comportando exceções e tendo as características de serem gerais, os mecanismos, ao contrário, não têm pretensão à generalidade.

De uma perspectiva que poderíamos considerar mais integrada e que evita os extremos, Tilly, por sua vez, acredita que a tarefa que se impõe é no sentido de acomodar as **descrições** de estruturas e processos específicos de sistemas mundiais concretos a **generalizações** apoiadas em dados históricos e relativos à estes sistemas mundiais. Uma generalização deve ter uma ampla validade dentro de seu próprio âmbito histórico, mas ao mesmo tempo, deve ser contingente.

Conclusão

Ao refletirmos sobre este modelo de pesquisa em ciências sociais, comumente denominado de sociologia histórica comparativa, buscamos separar, principalmente dois aspectos: a vinculação com a história e com o método comparativo.

Neste último aspecto, chamamos a atenção para o fato de que a abordagem histórica é apenas uma das vertentes da análise

comparada. Esta engloba diferentes modelos ou estratégias de pesquisa, desde aquelas que buscam explicações dos fenômenos sociais de uma perspectiva funcionalista, tratando de identificar padrões de comportamento uniformes e universais, até os estudos de casos. Em linhas gerais, se a análise comparativa sem perspectiva histórica, em geral, investiga um número reduzido de variáveis atuando em muitos casos - *variable-centred* -, a investigação histórica comparativa, ao contrário, seria *case-based*, isto é, voltada para a análise em profundidade, portanto, focalizando muitas variáveis em poucos casos.

Na vertente da história comparada, onde muito freqüentemente o objetivo é a análise de macro-processos sociais, encontram-se, por sua vez, variações entre abordagens exclusivamente estruturais e outras que enfatizam a relação ação/estrutura, atendo-se ao processo de estruturação da realidade social. Outras vezes, os aspectos volitivos e/ou contingentes são integrados à explicação dos processos.

Se a análise comparada é diferenciada, também o rótulo de sociologia histórica ou história comparada é aderido a diferentes perspectivas analíticas que envolvem específicas concepções de tempo e de variação no espaço. De uma perspectiva, o tempo é "congelado" na tentativa de buscar leis gerais válidas em qualquer tempo e lugar, quase que uma variação do método a-histórico que busca identificar as regularidades do comportamento humano. Particularmente, esta variação é utilizada para a análise de determinados fenômenos macro-políticos, ou porque eles são pouco freqüentes ou quando podem ser melhor entendidos mediante um número reduzido de observações.

De outra perspectiva, o tempo é visto como estruturante ou vinculado a processos históricos específicos, de forma que as análises objetivam estabelecer generalizações de menor alcance, restritas a períodos históricos ou a áreas geográficas. A história neste caso, é um fator explicativo e não um fator de controle de teorias.

As distinções entre os tipos de análise histórica, apontadas por diferentes autores, não são, entretanto, nem uniformes nem rígidas. Se é possível identificar analiticamente diferenças extremas, na prática parece que várias combinações são possíveis, bem como ambigüidades. Como exemplo, o estudo de poucos casos ou de um "N pequeno" é na verdade uma opção de análise - estudos em profundidade de processos específicos - ou um imperativo, no caso do estudo de certos processos pouco freqüentes? Neste último caso, a abordagem histórica seria pouco mais do que um substituto dos

métodos estatístico e experimental, quando estes não puderem ser utilizados.

As variações da análise histórica comparativa podem ser associadas a diferentes concepções de modelos de pesquisa vinculadas a suposições prévias sobre a natureza dos fenômenos sociais e, conseqüentemente, do alcance das ciências sociais. Estratégias diferentes, muitas vezes se vinculam a concepções diversas sobre o que seja a explicação válida - a busca das causas - nas ciências sociais. Explicação nomológica, compreensiva ou por mecanismos - associando causalidade com compreensão de processos - são alternativas possíveis nos estudos históricos e que vão definir os desenhos de pesquisa.

Independente da concepção sobre a explicação, os resultados merecem alguns questionamentos. Por um lado, os estudos estritamente locais, delimitados no tempo e no espaço, não permitem verdadeiras explicações uma vez que não oferecem provas suficientes sobre a plausibilidade da explicação dada. Por outro lado, dada a dificuldade de se fazer análise causal rigorosa em nível macro, uma vez que é quase impossível fazer comparações controladas perfeitas, o resultado destas tentativas nem sempre é satisfatório, no sentido de se obter generalizações comprovadas. Sempre é possível que os fenômenos decorram de outros fatores que não aqueles que foram hipotetizados e verificados, além de que, "engessar" o tempo para obter generalizações amplas, pode acabar por retirar das análises sociológicas históricas o seu caráter histórico. Como a própria Skocpol admite, sempre é possível que estudos diferentes, analisando o mesmo fenômeno, cheguem a conclusões diferentes, crítica que, entretanto, também vale para a abordagem oposta.

Por outro lado, focalizar os fenômenos exclusivamente nos seus aspectos singulares pode eliminar a possibilidade de qualquer construção teórica, o que afinal é o objetivo de qualquer ciência, malgrado opiniões pessimistas como a de Hermet (1992) que não acredita, de qualquer forma, ser possível aos sociólogos providenciar provas de suas teorias.

Mas, contra o ponto de vista dos críticos da sociologia histórica segundo o qual não é possível verificar efetivamente as hipóteses desenvolvidas, poder-se-ia argumentar que as análises mais "controladas", do tipo de análise multivariada, também não garantem nada além da afirmação de que as hipóteses suportam o teste da falsificabilidade.

Entre o ceticismo e a absoluta crença na capacidade teórica e explicativa das ciências sociais, muitas possibilidades se colocam de forma a não situar em extremos a ciência social teórica e a vertente histórica. Esta última, na sua forma "mais pura" se caracteriza-

ra não por ser a-teórica mas pela concepção de que o "onde" e o "quando" os fenômenos ocorrem têm conseqüências para sua constituição. Neste sentido, menos do que uma convergência entre sociologia e história, as possibilidades mais frutíferas se situariam na junção entre teoria e narração em um projeto unificado de explicação.

Bibliografia

- OMS, Philip. "History, Sociology, Historical Sociology". *Past & Present*, nº 87, 1980
- BADIE, Bertrand. "Comparative Analysis and Historical Sociology". *International Social Science Journal*, nº 133, 1992
- BARTOLINI, Stefano. "Tiempo e investigación comparativa". In: Sartori, Giovanni e Morlino, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994
- COLLIER, David. "El método comparativo: dos décadas de cambio". In Sartori e Morlino, op. cit.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das Ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994
- MOORE Jr., Barrington. "A Estratégia da Ciência social", in *Poder Político e Teoria Social*, São Paulo: Cultrix, 1972
- SARTORI, Giovanni. "Comparación y método comparativo". In Sartori e Morlino, op. cit.
- SEWELL Jr, William H. "Three Temporalities: Toward a Sociology of the Event", 1990
- SKOCPOL, Theda e Somers, Margaret. "The uses of comparative history in macro-social inquiry" *Comparative Studies in society and history*, 22 (2) , 1980.
- PANEBIANCO, Angelo. "Comparación y explicación". In Sartori e Morlino, op. cit.
- PRZERWORSKI, Adam e Teune, Henri. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. Malabar: Robert E. Krieger, 1985
- TILLY, Charles. *Grandes Estructuras, Processos Amplios, Comparaciones Enormes*. Madrid: Alianza, 1991.